

## **DEMOCRACIA NO ESPAÇO DA ESCOLA PÚBLICA INFANTIL: Uma reflexão a respeito do Conselho Escolar**

**ANATALIA OLIVEIRA DE SOUZA**  
**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB**

**UBIRAJARA COUTO LIMA**  
**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB**

### **Resumo**

A presente pesquisa tem como tema a democracia no espaço da escola pública infantil e busca uma reflexão a respeito do conselho escolar, um dos mais importantes mecanismos para a promoção dessa democracia. E traz como problemática principal o questionamento a respeito de quais os desafios enfrentados pelo conselho escolar para garantir a democratização da escola. A pesquisa tem como espaço de investigação uma escola pública de educação infantil da cidade de Jequié- BA, sendo esta uma pesquisa de abordagem qualitativa, bibliográfica e realizada através da investigação de campo. Com o objetivo de identificar e analisar qual o papel do conselho escolar, a forma como o mesmo é concebido e se atende ao que está presente na Lei dos conselhos escolares da cidade, e quais são os desafios enfrentados por ele para promover a democratização escolar.

488

**Palavras-chave:** Gestão. Conselho Escolar. Democratização.

### **Abstract**

This research has as its theme democracy in the space of public children's schools and seeks to reflect on the school council, one of the most important mechanisms for promoting this democracy. And its main issue is the question of what challenges the school council faces in ensuring the democratization of schools. The research space has as its research space a public early childhood education school in the city of Jequié-BA, this being a qualitative, bibliographical research carried out through field investigation. With the aim of identifying and analyzing the role of the school council, the way in which it is conceived and meets what is present in the city's School Councils Law, and what are the challenges faced by it to promote school democratization.

**Keywords:** Management. School Council. Democratization.

### **Introdução**

A democratização da escola pública tornou-se, com o passar do tempo, o foco de muitos estudos, pesquisas e investigações na área da educação no país, com o objetivo de buscar o avanço e melhorias na qualidade do ensino brasileiro. Dessa forma, esta pesquisa, que tem como tema a democracia no espaço da escola pública infantil, busca acrescentar a essa gama de estudos já existentes uma reflexão sobre o papel do conselho escolar, trazendo como problema o questionamento: quais os desafios enfrentados pelo conselho escolar para garantir a democratização da escola?

A escola é responsável por escolher e implementar alguns instrumentos considerados universais da democratização escolar. O principal deles é uma gestão baseada na democracia, acompanhada pela existência de um PPP (Projeto Político Pedagógico) criado coletivamente, e um dos mecanismos mais importantes, que também é o foco desta pesquisa, é o conselho escolar.

A escolha deste tema foi impulsionada pela curiosidade surgida durante o período de estágio em uma escola pública de Educação Infantil na cidade de Jequié, BA. A partir dessa experiência prática, surgiu o interesse em compreender mais profundamente o papel e a atuação do conselho escolar nesse contexto específico.

O objetivo da pesquisa é investigar as funções do conselho escolar, como ele é concebido e se está em conformidade com a legislação vigente, em particular, com a Lei dos Conselhos Escolares do município de Jequié. Pretende-se, assim, identificar os desafios enfrentados pelo conselho escolar e sua contribuição efetiva para a promoção da democracia no ambiente escolar.

Essa abordagem visa não apenas compreender a realidade do conselho escolar na escola investigada, mas também fornecer insights e reflexões que possam contribuir para o aprimoramento das práticas democráticas na gestão educacional. Ao entender os desafios enfrentados pelo conselho escolar, será possível propor estratégias e ações para fortalecer sua atuação e sua importância como um instrumento de participação e inclusão na comunidade escolar. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida em três etapas: análise bibliográfica, coleta de dados e análise das informações obtidas.

O projeto de pesquisa segue a abordagem qualitativa de pesquisa, sendo a mesma definida como uma abordagem em que

O pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. As experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes na análise e compreensão dos fenômenos estudados [...] (TEIXEIRA, 2006, p. 137)

Dessa forma, será investigada a presença ou ausência, a forma como foi criado e de que maneira tem existido o conselho escolar em uma escola da Educação Infantil do município de Jequié-BA, e em que medida o mesmo é visto como uma manifestação da democracia nesse espaço.

A pesquisa é desenvolvida em quatro etapas, sendo a primeira delas uma análise bibliográfica, compreendida como uma pesquisa que

Busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. (BOCCATO,2006, p.266)

Com isso, o objetivo é compreender as concepções e conceitos relacionados à democracia no espaço educacional, os mecanismos envolvidos nesse processo e de que maneira eles têm sido concebidos e organizados para cumprir seus objetivos. Uma das fontes consultadas foi a Lei Nº 1750 de 2007, que versa sobre os conselhos escolares do município de Jequié, BA. Além disso, foram selecionados dois artigos para leitura, fichamento e análise: "Estado Patrimonial e Gestão Democrática do Ensino Público no Brasil" (2001), de Erasto Mendonça, e "As Condições da Democratização da Gestão da Escola Pública Brasileira" (2019), de Ângelo R. de Souza. Também foram escolhidos dois artigos para informações complementares: "O Debate sobre a Democratização da Escola Pública e a Tese da Gestão Democrática Radical da Escola" (2021), de Carlos F. Moreira, e "Porque é Tão Difícil Democratizar a Gestão da Escola Pública?" (2018), de Licínio C. Lima.

A segunda etapa da pesquisa consiste na coleta de dados, conduzida durante a pesquisa de campo. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas com duas gestoras (diretora e coordenadora), duas professoras e uma auxiliar de classe. Além disso, a coleta de dados também será complementada pela observação de eventos ocorridos durante o período da pesquisa em campo.

A escolha dos métodos de coleta de dados ocorreu devido ao reconhecimento da importância de ouvir representantes dos diversos grupos presentes no ambiente escolar, o que favorece uma coleta mais abrangente e rica em informações. Quanto à observação, optei por esse método devido à sua capacidade de capturar a subjetividade na pesquisa e de possibilitar o registro de acontecimentos que poderiam ser omitidos pelos participantes durante as

entrevistas. Dessa forma, a combinação de entrevistas e observação proporciona uma visão mais completa e detalhada da realidade estudada.

A terceira etapa consistiu na análise crítica dos dados e informações obtidas. Durante esta fase, os dados coletados foram cuidadosamente revisados, comparados e interpretados à luz dos objetivos da pesquisa. Foram identificados padrões, tendências e insights relevantes, visando responder às questões de pesquisa e alcançar os objetivos propostos.

Por fim, foi elaborado um material escrito que reúne as informações essenciais do estudo de forma sucinta, clara e objetiva. Este resumo tem como objetivo apresentar de maneira concisa os principais resultados, conclusões e contribuições da pesquisa, proporcionando uma visão geral do trabalho realizado.

### **Democratização no Espaço Educacional: O Papel Fundamental do Conselho Escolar**

Os debates acerca da democratização no espaço educacional ganharam destaque de forma mais institucionalizada na sociedade após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, a Carta Magna estabeleceu como um dos princípios fundamentais do ensino público brasileiro, em todos os níveis de ensino, a gestão democrática. Essa inclusão constitucional ressoou como um marco significativo na história da educação do país, evidenciando o compromisso do Estado com a promoção da participação e da inclusão no âmbito escolar.

A partir desse momento histórico, a gestão democrática passou a ser reconhecida como um direito e uma diretriz essencial para a organização e o funcionamento das instituições de ensino. Esse princípio estabeleceu as bases para uma gestão participativa, transparente e inclusiva, que valoriza a participação de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões e na definição dos rumos da educação.

Essa inclusão da gestão democrática como um princípio constitucional representou não apenas um avanço legal, mas também uma mudança paradigmática na concepção de educação no Brasil. Ela reafirmou a importância da participação cidadã e da construção coletiva do conhecimento no contexto educacional, contribuindo para a consolidação de uma cultura democrática nas escolas e para o fortalecimento da autonomia e da emancipação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Assim, a Constituição de 1988 marcou o início de uma nova era na educação brasileira, na qual a gestão democrática se tornou não apenas um ideal a ser alcançado, mas também um princípio orientador que inspira e norteia as práticas educacionais em todo o país.

Essa democratização da gestão escolar conta com diversos mecanismos para sua promoção, os quais desempenham papéis fundamentais na implementação e avaliação da gestão democrática no ambiente escolar, conforme argumenta Souza (2019). Estes mecanismos não apenas impulsionam a democracia, mas também fornecem indicadores importantes para avaliar a eficácia da gestão democrática na escola.

Entre os exemplos mencionados por Souza (2019), destacam-se o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Conselho Escolar, o diálogo entre os vários grupos e representantes de todos os segmentos profissionais presentes naquele espaço, e até mesmo o processo de seleção do diretor da escola. O PPP, por exemplo, é um instrumento que permite a elaboração coletiva de metas, estratégias e ações educativas, refletindo os valores e objetivos da comunidade escolar.

O Conselho Escolar, por sua vez, desempenha um papel crucial na promoção da participação e na tomada de decisões democráticas na escola. Ao envolver representantes de diferentes segmentos da comunidade escolar, o conselho contribui para garantir a diversidade de perspectivas e a inclusão de múltiplos interesses na gestão escolar.

Além disso, o diálogo é essencial para fomentar o entendimento mútuo e a construção de consensos no ambiente escolar. Através do diálogo aberto e transparente, os membros da comunidade escolar podem discutir questões pertinentes, resolver conflitos e encontrar soluções coletivas para os desafios enfrentados pela escola.

Por fim, o processo de seleção do diretor da escola também pode influenciar significativamente a gestão democrática. Ao adotar práticas transparentes e participativas na escolha do diretor, a comunidade escolar pode garantir que a liderança da escola esteja alinhada com os valores e interesses da comunidade.

Em suma, esses mecanismos são elementos essenciais para incentivar a participação, fortalecer o diálogo e promover uma gestão democrática eficaz no ambiente escolar. Ao potencializar a participação e o envolvimento da comunidade escolar, esses mecanismos contribuem para criar um ambiente escolar mais inclusivo, democrático e propício ao desenvolvimento integral dos alunos.

Portanto, é fundamental que a gestão escolar seja conduzida de forma articulada, levando em consideração as relações de maneira democrática e horizontal. Isso implica em respeitar e valorizar a participação ativa do sujeito social, reconhecendo que todos têm opiniões a oferecer e capacidade de contribuir para o desenvolvimento da escola ao expressarem essas opiniões.

Uma das principais formas de garantir essa participação é por meio da representação dos diversos segmentos da comunidade escolar no conselho escolar. O conselho escolar proporciona um espaço crucial para o diálogo, a colaboração e a tomada de decisões coletivas, onde as diferentes perspectivas e necessidades podem ser consideradas.

Ao garantir uma representação inclusiva e participativa no conselho escolar, a gestão escolar promove um ambiente que valoriza a diversidade de opiniões e experiências, promovendo assim uma cultura de respeito, cooperação e engajamento comunitário. Isso não apenas fortalece a democracia na escola, mas também contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, equitativo e eficaz na promoção do sucesso educacional de todos os alunos.

De acordo com a Lei Municipal dos Conselhos Escolares de Jequié (2007), é estabelecido que as escolas públicas municipais devem obrigatoriamente contar com a presença de Conselhos Escolares. Esses conselhos são compostos por membros da direção da escola e representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar e local.

É importante destacar também que os mesmos possuem diversas atribuições e responsabilidades delineadas pela legislação. Entre essas atribuições, destacam-se as funções consultivas, deliberativas, fiscalizadoras e mobilizadoras. Isso significa que os conselhos têm o papel de oferecer orientações e pareceres sobre questões relacionadas à gestão escolar, deliberar sobre assuntos importantes para a comunidade escolar, fiscalizar o cumprimento das políticas educacionais e mobilizar a comunidade para participar ativamente na busca pela melhoria da qualidade da educação.

Dessa forma, os Conselhos Escolares são instituições fundamentais para garantir a participação democrática e o envolvimento da comunidade na gestão das escolas públicas municipais. Ao promover a representatividade e a colaboração de diferentes atores escolares e da comunidade local, os conselhos contribuem para o fortalecimento da qualidade da educação e para o desenvolvimento da escola como um espaço inclusivo, participativo e comprometido com o sucesso educacional de todos os alunos.

Assim, o conselho, quando adequadamente desenvolvido, é um símbolo da democratização na escola, pois abre espaço para o diálogo e a participação de todos, contribuindo para uma educação de qualidade.

Uma das características fundamentais do Conselho Escolar é permitir que todos os envolvidos expressem suas opiniões, críticas e sugestões, a menos que o conselho exista apenas de forma simbólica. Por isso, alguns autores argumentam que, mesmo que haja disposição para

o diálogo, muitas vezes há uma compreensão limitada sobre suas potencialidades políticas ou técnicas, levando-os a operar como "cartórios escolares" (Nunes, 1999, apud Souza, 2019, p. 277). Isso está relacionado a uma concepção equivocada dentro das escolas sobre as funções, objetivos, importância e potencialidades dos instrumentos da democracia. Isso significa que os membros do conselho podem não estar plenamente cientes do impacto que suas decisões podem ter no funcionamento da escola e no bem-estar da comunidade escolar como um todo.

Na medida em que o Conselho Escolar permite que todos expressem suas opiniões, críticas e sugestões ele reflete um dos princípios fundamentais da democracia participativa na gestão escolar.

A falta de compreensão das potencialidades políticas ou técnicas do Conselho Escolar pode levar a uma subutilização ou má utilização desse órgão, comprometendo assim sua eficácia na promoção da participação e da democracia na escola. Portanto, é essencial que os membros do conselho sejam devidamente informados e capacitados sobre suas responsabilidades, poderes e possibilidades de atuação, a fim de garantir que possam desempenhar efetivamente seu papel na gestão democrática da escola.

Em resumo, embora seja crucial que o Conselho Escolar permita a expressão de opiniões e contribuições de todos os envolvidos, é igualmente importante garantir que os membros do conselho compreendam plenamente suas potencialidades e responsabilidades, a fim de promover uma participação efetiva e informada na tomada de decisões escolares.

O conselho representa a quebra da verticalidade e hierarquização das relações, proporcionando a participação de todos nas decisões. Por isso, quando se fala nos processos que promovem a democratização, a abertura à participação ampla dos diversos segmentos escolares e da comunidade nos espaços coletivos de planejamento, execução, avaliação e fiscalização é considerada essencial, democratizando o processo de tomada de decisões e visando à transformação democrática e participativa da escola como um todo, assim como defendido por Moreira (2021).

O maior desafio que o conselho escolar tem enfrentado para existir plenamente, de modo a efetivar-se com todo o seu potencial democrático, é a própria estrutura da escola e a percepção limitada de sua importância por parte da gestão, do corpo docente e dos próprios membros do conselho. Em muitas instituições, o conselho é visto como uma formalidade burocrática, uma obrigação a ser cumprida para atender às exigências legais, em vez de ser reconhecido como um órgão essencial para a promoção da democracia e melhoria do ensino.

Uma mudança fundamental precisa ocorrer na postura e na mentalidade da comunidade escolar em relação ao conselho escolar. Este órgão não deve ser encarado apenas como um grupo de pessoas reunidas para cumprir protocolos legais, mas sim como um espaço legítimo de participação, diálogo e tomada de decisões, onde todos os envolvidos na comunidade escolar têm voz e podem contribuir para o aprimoramento da educação.

Além disso, é necessário um esforço conjunto para promover uma cultura de participação e engajamento em relação ao conselho escolar. Isso envolve não apenas garantir que todos os membros da comunidade escolar estejam cientes da existência e importância do conselho, mas também criar condições para que possam participar ativamente de suas atividades e discussões.

Em última análise, o conselho escolar tem o potencial de ser um catalisador para a transformação democrática da escola, mas apenas se for reconhecido, valorizado e utilizado de maneira eficaz. Portanto, é essencial que todos os atores envolvidos na comunidade escolar se comprometam a fortalecer e empoderar o conselho escolar, garantindo que ele cumpra sua missão de promover uma educação de qualidade em um ambiente verdadeiramente democrático.

A ideia de que cada indivíduo deve se limitar a cumprir sua função, sem construir conexões com a comunidade escolar, contradiz a ideia de um espaço democrático. Quando um indivíduo se restringe a seu próprio espaço, ele não contribui para a construção desse espaço de forma ativa.

### **Considerações Finais**

Como resultado dessa investigação, observa-se que o conselho escolar é um instrumento democrático conhecido principalmente entre os membros da gestão da escola. Uma das professoras entrevistadas faz parte do conselho, mas demonstrou dificuldade em definir e responder algumas das questões propostas. Enquanto isso, a outra professora e a auxiliar de classe possuíam pouco conhecimento sobre o conselho, suas funções, seu funcionamento e seu papel democrático dentro da escola.

Outra informação relevante é que a escola investigada realizou uma eleição para o conselho escolar no início do semestre letivo. No entanto, o destaque não é a eleição em si, mas sim o motivo por trás dela. A eleição foi realizada devido à existência de um conselho em gestão, cujos membros nem sequer faziam parte do corpo de funcionários, pois já haviam deixado seus cargos na escola.

Através das entrevistas, também foi possível perceber a ausência do conselho como um mecanismo democrático. Segundo as entrevistadas, raramente ocorrem reuniões, e o conselho representa uma das características negativas mencionadas nas pesquisas bibliográficas, ou seja, existe na escola apenas para cumprir uma lei obrigatória, sem exercer efetivamente seu papel.

Quanto à relação e existência do conselho escolar em acordo com a Lei municipal dos conselhos escolares, a situação é ainda mais frustrante. Apenas os membros da direção da escola reconhecem a lei, mas não demonstraram em suas respostas que ela serve de base para a criação, o funcionamento e os objetivos propostos para o conselho escolar. O conselho é visto apenas como um grupo de pessoas nomeadas para ocupar cargos, sem representar efetivamente a comunidade escolar.

Concluo, portanto, que o maior desafio que o conselho escolar enfrenta para efetivar-se com todo o seu potencial democrático é a própria escola, sua gestão, seu corpo docente e a forma como é percebido. O conselho é visto apenas como uma exigência burocrática, e não como algo importante e necessário para a democratização da escola. Uma mudança na postura da gestão e dos membros do conselho, reconhecendo e respeitando a importância, a utilidade e o potencial do conselho escolar, poderia representar um avanço significativo rumo a um ambiente escolar verdadeiramente democrático.

## Referências

BOCCATO, Vera Regina C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Revista Odontol*, Cidade de São Paulo, São Paulo, v. 18, p. 265-274, set.- dez. 2006

BRASIL. Lei Municipal de Jequié 1750, de 07 de dezembro de 2007. Cria os conselhos escolares nas escolas públicas municipais de Jequié, e dá outras providências. Jequié, BA: Secretaria Municipal de Governo, 2007.

LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?. *Educar em Revista*, Curitiba, PR, p. 34-68, mar.-abr. 2018.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. *Revista Educação & Sociedade*, v. 22, n. 75, p. 85- 108, ago. 2001.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. O debate sobre a democratização da educação pública e a tese da gestão democrática radical da escola. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, SP, v. 47, Abr. 2021

NUNES, Andréa C. Gestão democrática ou compartilhada? Uma (não) tão simples questão de semântica. *Revista Caderno Pedagógico*, n. 02. p. 37-40, mar. 1999.

SOUZA, A. R. Explorando e construindo um conceito de gestão democrática. Educação em Revista, v. 25, n. 3. p. 123-140, dez. 2009.

SOUZA, Angelo Ricardo. As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, RJ, v.27, n.103, p. 271-290, abr./jun, 2019.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Revista Vozes, Petrópolis, RJ, 2ª ed. p. 203, 2006

Autor 1:



ANATALIA OLIVEIRA DE SOUZA

Graduanda de Pedagogia pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA- UESB, campus de Jequié. Bolsista do programa de iniciação científica PIC - UESB, Pelo projeto de pesquisa “BAÚ BRINCANTE: O BRINCAR LIVRE DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL”, com o subprojeto: A aprendizagem ao ar livre: criança, brincadeira e natureza.

Email: [oliveiraanatalia356@gmail.com](mailto:oliveiraanatalia356@gmail.com)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0562910104120991>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-0291-714X>

497

Autor 2:



UBIRAJARA COUTO LIMA

Ubirajara Couto Lima é doutorando em Ciências da Educação no Programa Doutoral em Ciências da Educação da Universidade do Porto, em Portugal. É pesquisador do Grupo de Pesquisa Federalismo e Políticas Educacionais, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É pesquisador do Grupo de Estudos em Formação, Políticas e Práticas Educativas e Curriculares (GEFORPPEC/CNPq). Atualmente é professor assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Campus Universitário de Jequié.

Email: [uclima@uesb.efu.br](mailto:uclima@uesb.efu.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0208968843340052>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7550-0494>